

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM
1 e 2 de junho de 2016
Campo Grande/MS

1º Dia – 01 de junho de 2016

1. Participantes:

Representantes de 13 municípios: Araçatuba, Barra Mansa, Biguaçu, Campo Grande, Florianópolis, Fortaleza, Gravatá, Indaial, Mesquita, Pomerode, Rio de Janeiro, São Paulo e São Bernardo do Campo.

Representantes de outros órgãos:

UCP/Ministério da Fazenda: Alexandre Melillo, Helder Lara, Luiz Palmeira, Sérgio Martins e Wilza Toscano.

Parceiros convidados presentes:

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): Daniela Rocha do Nascimento (Assistente de Projetos) e José Tostes (Especialista Líder em Gestão Fiscal e Municipal).

Caixa Econômica Federal (CAIXA): Cristiane Noriko Yamazato, George Tsuge e Ubiratan Rebouças Chaves.

2. Abertura da reunião e boas vindas

Ubiratan Rebouças Chaves (Caixa Econômica Federal) agradeceu a presença dos municípios e a participação de todos na Rede do PNAFM. Colocou a Caixa à disposição de todos.

José Paulo Barbieri (Controladoria Regional da União em Mato Grosso do Sul) agradeceu a oportunidade de participar da reunião do grupo de municípios que integram o PNAFM, reconhecendo os benefícios que o Programa traz para as prefeituras brasileiras.

Hélio Corrêa Júnior (Presidente do COGEP representando os Municípios) ressaltou a importância desse encontro considerando a forma atípica que se encontra o país e disse que, apesar das dificuldades políticas e financeiras, temos um grupo articulado que busca a melhoria da gestão pública e o enfrentamento das adversidades.

Osni Schluchting (UEM Campo Grande/MS) cumprimentou os presentes agradecendo a presença de todos em Campo Grande. Ressaltou o empenho de sua equipe para a realização do evento lembrando que o sucesso da Rede PNAFM é convertido em benefícios para a população e que a continuidade do Programa é de suma importância para o fortalecimento dos municípios. Destacou que Campo Grande tem interesse em fazer parte da próxima fase do programa.

José Tostes (BID) agradeceu a hospitalidade para a realização da reunião do COGEP e a satisfação do BID em continuar apoiando o fortalecimento das capacidades institucionais, a melhoria do desempenho dos entes subnacionais e o aperfeiçoamento da gestão e dos serviços aos cidadãos. Tostes ainda ressaltou que a 3ª Fase do Programa PNAFM é muito importante considerando a

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM
1 e 2 de junho de 2016
Campo Grande/MS

necessidade de aperfeiçoamento da gestão fiscal do Brasil e o cenário econômico do país. Finalizou desejando um bom trabalho para todos.

Luiz Palmeira (UCP/MF) agradeceu à Prefeitura de Campo Grande pela acolhida e depois ressaltou que o impacto das adversidades econômica-financeiras do país acaba recaindo sobre os municípios. Comentou que o momento exige mais dos executores na busca da eficiência visando colaborar para a busca de soluções que propiciem a melhoria da gestão. Uma das principais necessidades neste momento é a transparência seguida de melhores serviços à sociedade.

Disney Fernandes (Prefeitura de Campo Grande/MS) ressaltou a importância do PNAFM para os municípios. Destacou que renda e propriedade são os maiores geradores de receita para os municípios. Desejou a todos um ótimo evento.

Alcides de Jesus Bernal (Prefeito de Campo Grande/MS) cumprimentou os integrantes da mesa e todos os participantes da Reunião. Disse que Campo Grande está muito feliz em sediar esta reunião cujo objetivo é contribuir para o fortalecimento dos municípios. E que as iniciativas feitas em parceria entre o BID, a Caixa e o Ministério da Fazenda foram muito importantes para o município de Campo Grande. Comentou sobre o cenário político/econômico de seu município.

3. Palestra “Tributos Municipais”

Disney de Souza Fernandes (Secretário Municipal de Planejamento, Finanças e Controle de Campo Grande/MS) apresentou o tema “Tributos Municipais”. Iniciou apresentando o cenário tributário de Campo Grande informando que é o único município onde a receita do IPTU é maior que a do ISS e que no nível nacional eles estão em 12º lugar em relação à arrecadação de tributos.

Contexto: A cultura estabelecida no município abrange ações integradas entre a Secretaria de Finanças, os servidores, as entidades de classe, a tecnologia da informação e a sociedade que é participativa e exigente por transparência e qualidade dos serviços prestados. A Prefeitura se utiliza da reengenharia de processos, com administração de dados atualizados e de qualidade para tomada apropriada de decisões.

Plano de Ação: Campo Grande implantou um modelo de gestão para apoiar o gerenciamento e controle dos tributos municipais. Nos próximos dois anos pretendem virtualizar todo o processo de atendimento ao público. Para evitar a fuga de receitas todas as empresas de fora de Campo Grande são obrigadas a se cadastrar.

Visão Geral: prioridade para a gestão de cadastros (REDESIN), Gestão do ISS, Gestão de Relacionamentos com entidades de classe, fazendo a intermediação entre os contribuintes e a Prefeitura. Segundo Disney, três eixos são fundamentais para a superação de problemas: vontade política, modernização administrativa e TI.

Gestão do IPTU: está relacionada ao cumprimento de obrigações constitucionais, cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal, eliminação da atualização da Planta Genérica de Valores, atualização do metro quadrado do terreno para valores condizentes, melhor atendimento ao público, desconto para pagamento em dia. Não existe a ideia de confisco, o imposto é tratado com base na capacidade contributiva do contribuinte pois é necessário agir com razoabilidade. O modelo de cálculo não é contestado por ser bem realizado: a Prefeitura contata imobiliárias para aferir

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM

1 e 2 de junho de 2016

Campo Grande/MS

corretamente o valor dos imóveis. Integração com o Departamento de Licenciamento de Obras e com o Departamento de Cadastro Imobiliário. Sorteio de prêmios para os adimplentes.

Gestão de ITBI: A Gestão do ITBI tem convênio com os Cartórios de Notas e Registro. O sistema da Prefeitura já identifica, inclusive, as isenções do pagamento do ITBI no caso de junções de empresa.

Gestão de ISS: Fiscalização Tradicional x Fiscalização Eletrônica

Planejamento Fiscal: para monitoramento massivo dos contribuintes do município a partir do cruzamento de dados das Notas Fiscais emitidas.

Gestão da Dívida Ativa: gerenciamento da carteira de cobrança com conciliação fiscal e uso do telemarketing.

Política Tributária efetiva: utilização adequada dos recursos públicos arrecadados, reestabelecendo a confiança na gestão pública.

4. Palestra “Modelo de gestão de convênios e parcerias com terceiro setor”

Hélio Corrêa Junior (Coordenador-Geral da UEM Araçatuba/SP) apresentou o modelo de gestão de convênios e parcerias do terceiro setor que foi implantado na Prefeitura de Araçatuba. O cenário anterior (2015) apresentava um modelo de gestão inadequado com prazos não cumpridos. A solução foi viabilizar a gestão compartilhada entre a administração pública e as entidades parceiras, por meio do ciclo de processos, pessoas e sistemas. O modelo de gestão de convênios é compartilhado entre as 12 Secretarias municipais e seus gestores, aproximadamente 80 entidades do terceiro setor e a área de convênios.

Hélio apresentou algumas telas do Sistema de Gestão de Parcerias com o Terceiro Setor, o fluxo operacional do redesenho e seus macroprocessos. Demonstrou as principais práticas utilizadas e quais as mudanças feitas nos processos de trabalho. E citou os ganhos: melhoria da gestão, redução de tempo gasto na prestação de contas, mais transparência nas ações do governo e no investimento do recurso público, cumprimento da legislação e das exigências do TCE e prestação de contas precisas e no prazo.

5. Palestra “Descentralização fiscal e governos subnacionais”

José Tostes (Especialista Líder em Gestão Fiscal e Municipal do BID) iniciou sua apresentação comentando sobre a descentralização fiscal nos governos subnacionais na América Latina. “A política de transferência para os governos descentralizados é descrita na literatura por três tipos: i) Fiscal (transferência de gastos e receitas), ii) Administrativa (transferência de gestão) e iii) Política.”, disse ele. E continuando: “A participação do gasto dos governos subnacionais na ALC se incrementou nas últimas décadas, passando de 13% para 25%. Esse crescimento foi motivado pela abertura democrática, pela crise econômica dos anos 80, pelas reformas institucionais dos anos 90 e pelo *boom* das commodities no ano 2000. Já os gastos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE são de 32%. O aumento do preço do petróleo e dos minérios também foi causa do aumento das receitas nos municípios produtores. Mas essas são receitas voláteis. O correto seria formar fundos para prevenção da queda dessas receitas extraordinárias.

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM
1 e 2 de junho de 2016
Campo Grande/MS

É interessante destacar o risco de sustentabilidade das commodities, em razão da volatilidade das receitas para os estados/municípios que detém essas commodities. O risco está em se comprometer despesas com receitas voláteis. Existe uma crescente dependência de transferência e quanto maior a transferência, maior o desequilíbrio fiscal.

No período de 2000 a 2010 houve uma redução significativa do endividamento de vários países. No Brasil, a partir de 2012/13 esse cenário foi revertido e hoje a dívida já se aproxima dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal em algumas unidades, resultando em desequilíbrio fiscal.

Diagnóstico setorial:

- Estrutura de incentivos inadequada: deficiente coordenação entre os níveis de governo, incipiente atribuição de competências tributárias a governos subnacionais, transferências complexas, distorcidas e de limitada capacidade redistributiva e insuficiente desenvolvimento de marcos de responsabilidade fiscal subnacional. O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE mantém os índices iguais aos de 1989 no que tange às transferências do governo. Os novos critérios estabelecidos só valem a partir de 2016 e só incidirão sobre o excedente do montante já distribuído.
- Capacidades institucionais frágeis: 17.620 governos municipais na América Latina sendo que 11% deles concentram 2% da população; insatisfação cidadã com serviços municipais, baixa arrecadação do imposto predial, a alíquota do ISS no Brasil é muito baixa em comparação aos países que usam o IVA, limitado acesso a financiamento, deficiente informação sobre as finanças subnacionais, excesso de benefícios fiscais e de isenções.
- Falta definição de atribuições para cada nível de governo, causando réplica de trabalhos.

Desafios dos Governos Subnacionais:

- Arranjos intergovernamentais frágeis;
- Deficiente prestação de serviços aos cidadãos e gestão do gasto;
- Recursos próprios insuficientes e baixo acesso a financiamento
- Escassa transparência e prestação de contas.
- Baixa qualidade do gasto e do serviço público.

Felipe Asmuz (Biguaçu/SC) mostrou um folheto onde a FECAN demonstra que os municípios estão tendo que arcar cada dia mais com encargos, sem receber as devidas transferências do governo federal. **Dr. Tostes (BID)** disse que mesmo quando superarmos a crise, a arrecadação dos tributos não chegará novamente ao patamar anterior. Portanto, é imprescindível melhorarmos a gestão.

Dr. Tostes (BID) finalizou sua apresentação informando que no dia 06 de junho próximo haverá uma reunião para a construção de uma rede de governos subnacionais.

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM

1 e 2 de junho de 2016

Campo Grande/MS

6. Apresentação da Prefeitura de Campo Grande

Osni Schluchting (Coordenador Geral da UEM Campo Grande) iniciou sua fala apresentando dados geográficos da cidade de Campo Grande. Em seguida enumerou as iniciativas da Prefeitura e as decisões estratégicas do município para atender às demandas da população. Osni informou que a cidade de Campo Grande se destaca na prestação de serviços. Ilustrou alguns resultados advindos da 1ª e 2ª Fases do Programa PNAFM, destacando os pontos positivos do Programa: prazo, taxa de juros, formato do programa, equipe consciente envolvendo todas as Secretarias. Além disso, o PNAFM possibilitou a construção da Central de Atendimento que aumentou o atendimento de 24 mil para 30 mil pessoas. E com o geoprocessamento que foi um marco do projeto PNAFM, a capacitação chegou ao nível de pós-graduação, gerando um aumento de 300% na arrecadação do IPTU.

Essa melhoria na arrecadação foi aplicada em diversos setores como: educação (escolas em tempo integral), saúde (Postos de saúde 24 horas), asfalto, e por esse motivo, Campo Grande quer o PNAFM 3.

7. Palestra “Combate à corrupção em licitações e contratos públicos – conceitos, tipologias, consequências legais e casos práticos”

José Paulo Barbieri (Chefe da Controladoria Regional da União em Mato Grosso do Sul) apresentou os dados da corrupção no país, quais as causas e o status do país comparado a outros países (somos o 76º na corrupção mundial e perdemos com a corrupção 85 bilhões de reais). Destacou que no momento há 182 operações especiais da CGU, deflagradas em conjunto entre a CGU, Polícia Federal e Ministério Público. Informou que nos Estados e Municípios são as esferas onde mais ocorre a corrupção sendo que as fraudes podem ter ou não a participação de servidores públicos. Em geral, as fraudes são feitas através de acordos prévios, fracionamento da despesa, direcionamento da compra, etc. O desvio de recursos se dá 91% em licitações.

A corrupção afeta o IDH e o IDEB: municípios onde há corrupção apresentam menor índice de desenvolvimento humano que o índice nacional (média).

Barbieri descreveu os tipos de fraudes em licitações, tanto na fase interna como na externa. Apresentou várias evidências de corrupção e comentou que as principais políticas públicas afetadas pela corrupção são as de saúde e educação.

2º Dia – 2 de junho de 2016

8. Apresentação sobre o sistema SEEMP

Alexandre Melillo (Coordenador Técnico da UCP/MF) identificou os municípios que estão utilizando o sistema SEEMP e comentou alguns módulos do sistema: Finanças, Administração, Auditoria, Aquisições e Projetos. A partir do projeto 2 do PNAFM II haverá um aprofundamento

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM

1 e 2 de junho de 2016

Campo Grande/MS

das análises em relação ao insumo, no campo “Descrição” pois será detalhado o bem/serviço a ser adquirido, proporcionando maior transparência, grau de maturidade e redução de revisões. Além disso, haverá a simplificação do cadastro. Ele também apresentou o fluxo de aquisições e algumas propostas de melhoria para o sistema. Foi escolhida em plenária a opção 2.

9. Apresentação do Mapeamento dos Questionários de Avaliação do PNAFM 2

Helder Lara (Analista Financeiro da UCP/MF) apresentou alguns detalhes sobre o Questionário de Avaliação do Programa. Foram mostrados 3 casos práticos de análise do avanço ou estagnação de receitas em municípios após a adesão ao Programa PNAFM, sendo que no 1º houve aumento da arrecadação do ISS e do IPTU, no 2º houve redução e no último a arrecadação permaneceu estável. Ele mostrou os fatores que influenciaram os resultados.

Felipe Asmuz (Biguaçu/SC) ponderou que se os municípios não tivessem feito suas políticas através do PNAFM passariam muito mais dificuldades agora nesta época da crise, ou seja, o PNAFM amortece a crise. **Hélio Corrêa (Araçatuba/SP)** comentou que tem muita dificuldade com as Secretarias de seu município em relação ao PNAFM, mais ou menos 80% de rejeição. Mas que com a recente inauguração da Central de Atendimento esse índice diminuiu. Ele ressaltou a importância de mostrar que as ações de modernização devem permanecer. **Luiz Palmeira (UCP/MF)** disse que a cultura de modernização deve continuar mesmo com o fim do programa, seja usando recursos próprios ou recursos das Políticas Público Privadas (PPP).

Continuando, **Helder Lara (UCP/MF)** informou que o objetivo do questionário foi aferir possíveis explicações para a variação das receitas tributárias, notadamente de IPTU e ISS e compreender as particularidades de cada município. Ele ressaltou que apenas 12 dos 22 municípios responderam ao questionário e que o ideal seria que todos respondessem. Ficou determinado então que será feita uma cobrança do envio e Falcão sugeriu que o resultado seja transformado em uma publicação.

Helder Lara (UCP/MF) mostrou uma avaliação empírica sobre o PNAFM 1, onde foi feita uma comparação entre municípios participantes e não participantes. Ele mostrou as variáveis utilizadas e os resultados alcançados pelo estudo.

10. Informes sobre PNAFM 2ª FASE, Projeto 2

Luiz Palmeira (Coordenador Geral da UCP/MF) apresentou os trâmites a serem seguidos pelos 13 municípios que pretendem aderir ao novo projeto da 2ª Fase do Programa PNAFM, aproveitando o saldo de recursos decorrentes da variação cambial. Ele mostrou um quadro com os 12 municípios que já deram entrada no Tesouro com seus projetos e dentre eles os 6 que já entraram no SADIPEM. Para esses 6 municípios já serão definidos os valores de seus empréstimos e pode ser que eventualmente não haja mais recursos suficientes à época para os demais concorrentes. Assim que houver a autorização do Tesouro serão liberados os recursos.

Em seguida, esclareceu várias dúvidas dos municípios sobre o tema e relatou alguns problemas ocorridos como dificuldade da Caixa em explicar os procedimentos de operacionalização do SADIPEM, dificuldade dos municípios em obter a documentação de adimplência e a aprovação de

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM

1 e 2 de junho de 2016

Campo Grande/MS

leis e também problemas com a definição da base legal para a operação de crédito. **Luiz Palmeira (UCP/MF)** explicou que existe uma base legal para o agente financeiro e outra para a lei orçamentária. **Sérgio Martins (UCP/MF)** vai passar a base legal do agente financeiro para todos os municípios. **Falcão (UEM/Fortaleza)** solicitou que seja agilizada a comunicação entre a GEPUB em Brasília e as GIDOR nos municípios.

Sobre a variação cambial, **Luiz Palmeira (UCP/MF)** lembrou que com a valorização do real perante o dólar ocorreu uma alteração no valor a ser emprestado aos municípios. E que tanto na reunião em Araçatuba como na reunião em Brasília, foi passada a orientação para que os municípios dessem entrada na lei com o valor maior. A dívida só é registrada na STN após a assinatura do contrato. **Luiz Palmeira (UCP/MF)** pediu aos municípios que estejam com dificuldade que entrem em contato com a UCP para ver o que é possível fazer. Ele pediu também que se a STN entrar em contato com o município, que seja enviada uma cópia para a UCP.

Alexandre Melillo (UCP/MF) lembrou aos presentes que a execução será só até outubro então que não coloquem produtos de difícil execução no projeto, pois isso prejudicará quem quiser pegar o PNAFM 3.

11. PNAFM 2ª FASE, Projeto 1 – execução dos projetos, prazo, missões, Seminário sobre a Dívida Ativa, afastamento no período eleitoral

Sérgio Martins (Coordenador Financeiro da UCP/MF) iniciou sua apresentação chamando a atenção dos municípios para o prazo de execução dos projetos, considerando o tempo decorrido e os avanços individuais de cada um. Demonstrou o caso do município de São José que está com seus indicadores devidamente adequados.

Sérgio Martins (UCP/MF) apresentou o relatório diário de inadimplência dos municípios, considerando os apontamentos de auditoria e também os pontos de atenção para a adequada execução financeira. Ressaltou os compromissos contratuais, em razão do encerramento dos projetos. Ele ressaltou que a mudança de gestores afeta a execução do projeto. **Luiz Palmeira (UCP/MF)** lembrou aos presentes que a 2ª Fase terminará em dezembro de 2016 e que 90 dias antes do 1º turno das eleições ficam proibidas transferências e desembolsos por determinação da AGU, gerando um período de execução muito curto para o Programa.

Sérgio Martins (UCP/MF) orientou que retirem dos projetos os produtos que não tenham tempo hábil para execução e que examinem bem os pontos de auditoria. Ele também fez as recomendações a seguir para uma adequada execução financeira:

- ✓ Pagar todas as faturas até 30/12/2016;
- ✓ Avaliar prazos limites para contratação de bens e serviços;
- ✓ Avaliar prazos de entrega dos produtos e obras;
- ✓ Avaliar aporte de contrapartida;
- ✓ Apresentar demonstrações financeiras completas até 30/12/2016, podendo ser antecipadas a pedido do município que encerrar o programa, sempre trimestralmente. Conciliação do fundo rotativo e extratos bancários também deverão ser entregues, além dos relatórios técnicos.
- ✓ Entregar os relatórios técnicos, de monitoramento e PCR.

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM

1 e 2 de junho de 2016

Campo Grande/MS

Sérgio Martins (UCP/MF) informou que os rendimentos são para aporte de contrapartida. Se já tiver sido dada a contrapartida, o dinheiro será repassado à Prefeitura, após solicitação formal da mesma.

Luiz Palmeira (UCP/MF) informou que as Missões serão feitas baseadas no percentual de execução dos municípios. Quem estiver com a execução baixa será visitado pela equipe da UCP.

Luiz Palmeira (UCP/MF) falando sobre a Dívida Ativa disse que ela gera impacto nos três níveis de governo, não só com os municípios e que a ideia é mobilizar a todos para procurar uma solução para o tema. Ele ainda ressaltou que em época de crise a Dívida Ativa é uma boa fonte de recursos.

12. Pontos de Auditoria

Luiz Palmeira (Coordenador Geral da UCP/MF) mostrou alguns pontos de auditoria que devem ser observados, principalmente por serem reincidentes:

- ✓ Baixa execução física e financeira;
- ✓ Relatórios de monitoramento que não refletem a real execução dos projetos no SEEMP e no SIGFIN;
- ✓ Aquisição de bens, obras e serviços com pagamentos sem respaldo contratual. Ausência de fiscal de contrato e de pesquisa de preços, atraso na execução das obras.
- ✓ Fragilidades no acompanhamento dos contratos de consultoria, resultando em pagamentos indevidos;
- ✓ Aquisição de sistemas sem o código fonte gerando dependência da Prefeitura para com a empresa fornecedora.
- ✓ Falta de controle patrimonial
- ✓ Ausência de termo de responsabilidade dos bens adquiridos.
- ✓ Ausência de Termo de Responsabilidade dos bens adquiridos.

O módulo de auditoria já está dentro do SEEMP e os questionamentos deverão ser respondidos via sistema.

13. PNAFM 3ª Fase

O programa está aguardando a aprovação do novo Ministro da Fazenda para seguir tramitando. No momento, há 229 municípios com interesse em aderir à 3ª Fase do PNAFM. Os recursos serão divididos em 3 faixas: municípios pequenos, médios e grandes. Deverão ser priorizados produtos mais estruturantes que deem retorno rápido ao município e além disso, novas regras serão estabelecidas como pertencer ao REDESIN, ter Nota Fiscal Eletrônica, etc.

14. Debate e compartilhamento de experiências

Houve um longo debate entre os municípios e várias dúvidas foram sanadas pela UCP. Dentre os temas abordados nas questões estavam aquisições, comprovação de despesas, prestação de

Ata da 12ª Reunião da Rede PNAFM
1 e 2 de junho de 2016
Campo Grande/MS

contas, transferência de recursos entre os componentes, utilização do saldo de recursos do programa, sistemas, justificativa de gastos e glosa.

15. Definição do local da próxima reunião do COGEP e agradecimentos

A próxima reunião do COGEP será em novembro de 2016 após o período eleitoral. **Patrícia Nickhorn (Indaial/SC)** colocou seu município como possível sede da 13ª reunião do COGEP mas solicitou um prazo de 30 dias para dar a resposta. Caso não seja possível, o Rio de Janeiro poderá sediar a reunião. A confirmação do local e da data serão oportunamente informados.

Luiz Palmeira (UCP/MF) agradeceu a presença de todos e a acolhida do município de Campo Grande pela realização da reunião que foi muito produtiva.

Hélio Corrêa (UEM/Araçatuba/SP) agradeceu a presença e participação dos municípios que mesmo em momento de dificuldades não permitiram que o projeto parasse. Ressaltou que é muito gratificante fazer parte do Programa PNAFM. Em seguida, agradeceu à equipe do município de Campo Grande.

Osni Schluchting (UEM/Campo Grande/MS) agradeceu o apoio de sua equipe, bem como o apoio recebido pela UCP.